



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM**

**15 DE SETEMBRO DE 2015**

**ACTA Nº 20**

-----Aos quinze dias do mês de Setembro do ano de 2015, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Ricardo Pereira Alves, e com a presença do Senhor Vice-Presidente, Luis Paulo Carreira Fonseca da Costa e dos Senhores Vereadores Paula Inês Moreira Dinis, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, António Luis Júlio da Fonseca Sêco, Eduardo Miguel Duarte Ventura e João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel e comigo, Odete Maria Paiva Fernandes, Assistente Técnica.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas e trinta minutos.-----

**PERIODO ANTES DA  
ORDEM DO DIA**

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** para lembrar, "no seguimento da sugestão do Senhor Presidente há duas reuniões atrás, sobre a constituição da Comissão de Toponímia; estamos em condições, nesta ou noutra sessão, se o entenderem, de apresentar os nomes que o Senhor Presidente nos pediu para indicar. Julgamos que é uma Comissão que vale a pena, rapidamente, entrar em funções para que, como já várias vezes aqui foi dito, as decisões sejam tomadas pela Câmara Municipal, na observância da opinião da Comissão de Toponímia e que haja alguma coerência na designação das ruas, em estreita sintonia com as homenagens que se queiram fazer a cidadãos ou organizações que tenham prestado serviços ao concelho. Nesse sentido estaremos disponíveis para apresentar os nomes, no seguimento do que o Senhor Presidente tinha sugerido.-----

-----Estamos numa fase em que a Câmara Municipal prepara o orçamento para 2016, onde se definem as estratégias económicas e financeiras para dar corpo e para fazer frente a um conjunto de despesas que têm a ver com as grandes linhas estratégicas





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

para o ano que se segue e, à semelhança do que temos vindo a fazer nos últimos anos, e também à semelhança do que já é feito num número razoável de municípios em Portugal, deixávamos aqui a nota de que, na nossa opinião, se poder e dever avançar para o orçamento participativo, instrumento de proximidade, instrumento que favorece a participação dos cidadãos e dos munícipes; um documento tão importante que baliza as despesas mas também os projectos para o ano de 2016. Achamos que poderíamos avançar nesse sentido; penso que as experiências que são tornadas públicas, da adopção, por parte de alguns municípios, do orçamento participativo, são positivas e favoráveis. Nesse sentido acho que valeria a pena ensaiar este ano, para o próximo ano, o orçamento participativo, que era mais uma forma de apelar e de ouvir aquilo que os grupos de cidadãos tivessem para apresentar à Câmara Municipal e não estando em causa a legitimidade, a bondade e as virtualidades das propostas do Município, achamos que também dar oportunidade e dar voz aos munícipes podia ser uma forma de enriquecer tão importante documento para o concelho. Nesse sentido reforço a nossa ideia de, nesta ou noutra reunião, que o Presidente e a maioria entendam, discutirmos a possibilidade e o nosso contributo para o orçamento participativo ser uma realidade em 2017 no município de Arganil.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** para se associar “à intervenção do Senhor Vereador João Pedro Pimentel nas duas propostas que apresentou. Neste quadro e na medida em que, tal como foi referido, estamos num período de preparação do Orçamento, e aproveitando a oportunidade para felicitar todos os jovens arganilenses que recentemente entraram no ensino superior e estão a dar mais um passo na sua formação académica, desejando-lhes os maiores sucessos, vimos reiterar a proposta que o PS já apresentou no passado, no sentido do Executivo Municipal poder estudar, e eventualmente enquadrar no próximo Orçamento Municipal a criação de um Regulamento para a atribuição de Bolsas para os estudantes do Ensino Superior. Entendemos que é uma medida que permite minimizar o esforço financeiro de algumas famílias e um incentivo e um factor motivador para que estes jovens do nosso concelho possam prosseguir os seus estudos e sentir que, da parte do Município, há uma vontade em colaborar, mesmo que seja uma colaboração singela, pois sabemos que nos dias que correm não há possibilidade de ter meios financeiros que possam pagar todo o esforço financeiro que a sua presença no ensino superior acarreta, mas deve ser visto como um pequeno estímulo e incentivo para a sua qualificação. Em tempos em que se fala que o conhecimento e a inovação são factores estratégicos para o aumento da competitividade dos territórios, julgo que o Município de Arganil deve dar esse sinal, de estar ao lado destes jovens. A proposta que acabamos de apresentar, em termos financeiros, tal como o ano passado, exerce um encargo ao Orçamento municipal de cerca de 30 mil euros, sendo que está fundamentada nos apoios concedidos pelo Estado à fixação dos alunos no Interior do País, ou seja, cerca de 150,00€ por mês, durante 10 meses e poderemos atingir cerca de 20 estudantes durante um ano. Era esta proposta que gostaríamos de apresentar, porque julgamos de extrema importância no quadro em que vivemos actualmente.-----  
-----Também não gostaria deixar passar alguns dos momentos que se viveram durante a Ficabeira e dizer que é sempre positivo e também nós vemos com agrado a





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

visita de membros do Governo à nossa terra. É uma oportunidade que estes membros do Governo têm para auscultar os anseios das populações e levarem as nossas preocupações no sentido de poderem ajudar a minimizar essas mesmas dificuldades. E são positivas também estas visitas quando estão enquadradas numa estratégia de "discrição" do Governo, face ao período eleitoral em que vivemos; isto para utilizar as palavras que o Senhor Vice-Presidente nos trouxe em reuniões anteriores; saudar esta discrição e o facto de termos a visita dos dois Senhores Ministros.-----

-----Relativamente à visita do Senhor Ministro do Ambiente, Eng.º Jorge Moreira da Silva, e já tivemos oportunidade na reunião extraordinária de debater isso, saudar os passos que foram dados, mas não esquecer, porque foi uma questão importante que devia ter sido referida nessa mesma sessão, que o Município de Arganil teve que tomar medidas e tomámo-las por unanimidade, no sentido de pressionar o Governo, através da então Águas do Mondego, no sentido de dar cumprimento aos compromissos que esta empresa tinha para com o Município e que não estavam satisfeitos. Saudamos que isso tenha sido ultrapassado mas era importante deixar esta mensagem, de que o concelho de Arganil foi, durante vários anos, prejudicado pelo facto de não ter sido concretizado um conjunto de intervenções que há muito todo o concelho esperava.-----

-----Relativamente à visita do Senhor Ministro do Desenvolvimento Regional, não posso deixar passar em claro que foi a quarta ou quinta vez que assisti ao anúncio formal do início da da intervenção na E.N. 342, entre Arganil – Côja – Avô – E.N. 230. Também já há muito ambicionamos por este investimento e esperamos que desta vez tenha sido o último anúncio e que a próxima vez que falarmos nesta matéria seja para o Senhor Presidente da Câmara Municipal anunciar que o projecto está concluído e o concurso foi, efectivamente, aberto para a realização desta mesma intervenção porque foram criadas expectativas em 2014, em 2015, e agora que seja a sério, porque foi feito de viva voz por um Membro do Governo, sem colocar em causa minimamente a informação que o Senhor Presidente aqui nos foi partilhando, que também tinha origem em membros do Governo; esperamos que este seja o último anúncio formal e que o próximo seja para nos dizer que a obra está em condições de se iniciar e que o concelho de Arganil vai beneficiar desta forma de melhores acessibilidades e de uma melhor capacidade de mobilidade entre as pessoas do alto e do baixo concelho."-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para "lembrar que faz hoje 3 anos que tivemos um grande incêndio no concelho de Arganil e que faleceram 2 bombeiros, a Patrícia e o Pedro; não queria deixar de os lembrar, no dia em que faz precisamente 3 anos que aconteceu essa tragédia e de assinalar o papel inestimável e imprescindível que os Bombeiros têm, na proteção e socorro, não apenas no nosso concelho mas no nosso país. Uma saudação e uma lembrança muito amiga aos Bombeiros Voluntários de Côja, à instituição e particularmente às famílias dos bombeiros que faleceram naquele incêndio, a Patrícia e o Pedro.-----

-----Relativamente à Comissão de Toponímia agendaremos para a próxima reunião de Câmara a sua constituição formal e poderemos fazer a definição relativamente à sua composição, de acordo com aquilo que tinha sido já conversado.-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Relativamente ao Orçamento, temos que cumprir uma determinação de que o mesmo deve estar aprovado e ser submetido ao Presidente da Assembleia Municipal até 31 de Outubro; é este o tempo para poderem ser apresentadas propostas a fim de serem analisadas e, eventualmente, integradas na proposta de Orçamento para 2016; queria manifestar a nossa disponibilidade para estudar as propostas que os Senhores Vereadores do PS entendam apresentar, devidamente quantificadas, a fim de podermos avaliar a sua pertinência na proposta que estamos a construir. Nesse sentido, também a questão do orçamento participativo será alvo de uma análise por parte da nossa bancada.-----

-----Quero dizer ainda que estamos disponíveis para estudar e poder acolher todas as propostas das quais não resulte duplicação de resposta e, a verdade, é que relativamente às bolsas do ensino superior, já no ano passado referimos que houve uma opção estratégica por parte do Executivo, de reforço do apoio da Câmara para a realização da Universidade de Verão; a presença de alunos de Arganil na Universidade de Verão que é promovida em parceria com a Universidade de Coimbra, bem como da Escola de Verão Júnior; houve também aí um aumento significativo, que pensamos que é um instrumento importante para premiar um mérito e, ao mesmo tempo, também criar melhores condições para que os jovens possam escolher o seu futuro académico com maior conhecimento de causa relativamente aos cursos que pretendem seguir no futuro. Nessa perspectiva sabemos que existem bolsas e a ação social escolar é tratada directamente pelas Universidades e pelos Institutos Politécnicos. Estamos disponíveis para estudar todas as propostas em que não haja uma duplicação de resposta.-----

-----Relativamente à Ficabeira e à presença de membros do Governo, compreendo que o ambiente eleitoral provoque alguma agitação, algum incómodo, algum nervosismo, mas devo recordar que a presença de membros do Governo na abertura da Ficabeira ou no feriado municipal não é nenhuma novidade deste executivo camarário; lamentavelmente, noutros executivos anteriores, nem sempre houve esse convite aos membros do Governo, mas a história é o que é.-----

-----De todo o modo, o balanço é claramente positivo; foi possível anunciar investimentos no concelho nestes dias de festa do concelho, de 12 milhões e meio de euros. O dia 4 de Setembro será, seguramente, um dia histórico para o concelho porque o acordo que foi estabelecido com a Águas do Centro Litoral e com a Águas de Portugal resulta de uma postura reivindicativa, aliás, registei a contradição que o Senhor Vereador Miguel Ventura hoje aqui veio dizer, e é verdade, que a Câmara teve que tomar medidas no sentido de pressionar a Águas de Portugal, para chegar a um entendimento e haver investimento, mas é uma intervenção que está no contraponto daquilo que disse o seu camarada da Assembleia Municipal, Eugénio Fróis, quando disse que, da parte da Câmara Municipal, houve pouco empenhamento. Registei esta contradição hoje de forma muito clara. E o Senhor Ministro teve ocasião de dizer que a Câmara teve uma postura muito reivindicativa, nomeadamente manifestando-se contra a reforma do sector das águas, porque tinha aqui um capital de queixas relativamente ao não cumprimento por parte da Águas de Portugal, dos investimentos que estavam previstos nos sistemas de Alagoa, Feijoal, Pomares, Alqueve e Vila Cova de Alva. O investimento de cerca de 5 milhões de euros, três directamente por parte da Águas do Centro Litoral e dois por parte da Câmara Municipal, permite fazer uma





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

verdadeira revolução nos sistemas de abastecimento de água em alta, em todo o concelho, porque permite fazer uma intervenção em todas as captações que estarão sob gestão da Câmara Municipal, ou nas que já tenham acordo quer com as Freguesias, quer com as Comissões de Melhoramentos.-----

-----Relativamente à E.N. 342, pensei, quando o Senhor Vereador Miguel Ventura abordou a questão, que viesse aqui fazer o acto de contrição e um pedido de desculpa aos arganilenses pela mentira que o Dr. Paulo Campos, então Secretário de Estado das Obras Públicas, fez com o concelho, porque quero recordar e é bom regressarmos a 2005, quando faltavam dois meses para essas eleições autárquicas, em Julho de 2005, o Senhor Secretário de Estado de então, Dr. Paulo Campos, veio a Arganil anunciar que ia lançar o concurso para o estudo prévio da nova E.N. 342, entre a Lousã, Góis, Arganil e Côja. Mais tarde, em Março de 2007, veio a Arganil assinar o contrato para a realização desse estudo prévio e, mediante pedido da Câmara Municipal, esse estudo prévio estendia-se até ao IC6. Na verdade em 2008, com grande pompa e circunstância, nas instalações da Câmara Municipal, com direito a relações públicas, a um beberete faustoso, naquele tempo em que o Governo achava que o país era rico - mas era só isso, porque depois veio a verificar-se que não era assim - o Dr. Paulo Campos, então Secretário de Estado das Obras Públicas, anunciou a abertura do concurso para a concessão do Pinhal Interior e também, de forma muito clara, afirmou que a E.N. 342 fazia parte desse pacote de obras que integravam a concessão do Pinhal Interior. Surpreendentemente, ou talvez não, em Janeiro de 2010, aquando da adjudicação dessa concessão, o Senhor Dr. Paulo Campos referiu que a E.N. 342 não estava na concessão. Houve aqui uma inverdade reiterada, relativamente à E.N. 342, que acho que seria sensato e democraticamente honesto, da parte dos Vereadores do PS assumirem que o Senhor Dr. Paulo Campos não disse a verdade aos arganilenses, depois de ter feito um périplo pela região e em todas as sessões destes concelhos que seriam servidos pela E.N. 342, ter dito que ela fazia parte da concessão. Aquilo que esperava hoje era o acto de contrição relativamente a esta falha do PS pela voz do então Secretário de Estado Paulo Campos.-----

-----O que o Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional anunciou, no passado dia 7, foi o concurso público para a obra; essa é a grande diferença entre aquilo que os Senhores andaram a anunciar no Governo anterior e aquilo que este Governo anuncia. Os senhores anunciaram os estudos prévios, projectos, e este Governo anunciou obra. Num tempo de crise, a verdade é que o Governo fez as coisas bem feitas. Eu sei que isto pode causar algum incómodo aos Senhores Vereadores do PS, mas recordo que a E.N. 342 faz parte do Plano de proximidade que foi aprovado no ano passado e tem uma dotação de 7 milhões e meio de euros e vai para além daquilo que nós tínhamos solicitado, que era uma intervenção na ligação entre Arganil e Côja e foi entendido, depois de verificação das condições do terreno, que essa intervenção devia ser estendida até Avô e à E.N. 230. São 25 km de intervenção e um investimento previsto de sete milhões e meio de euros, cujo concurso será lançado em Fevereiro de 2016. São esses os prazos indicados pelo Governo, e pelas infra-estruturas de Portugal. Registamos com agrado e com satisfação estes anúncios por parte do Governo. Compreendemos que serem feitos neste momento pode gerar algum mal-estar e algum incómodo ao PS, mas acho que há um facto que nos separa: nós ficamos sempre satisfeitos com as boas notícias."-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Pedi a palavra o Senhor **Vice-Presidente** referindo que "relativamente à intervenção do Senhor Vereador Miguel Ventura, para o acompanhar naquilo que disse porque, no que concerne ao resultado que foi possível obter com este Protocolo com a Águas do Centro Litoral, já há muitos anos que nós, Câmara Municipal, acompanhados pela bancada do PS, vimos assumindo uma posição e uma perspectiva muito críticas relativamente à intervenção da Águas do Mondego e é certo que os senhores sempre foram solidários com o Executivo nesta matéria e é bom que se reconheça que a intervenção do Senhor Deputado Municipal Eugénio Fróis quando fala da falta de empenho, resultará de algum desconhecimento porque bastará consultar as actas da Câmara Municipal, e até estão todas disponíveis na internet, para concluir facilmente que esse empenho sempre esteve presente e foi sempre muito forte. A história todos a conhecemos, mas quero também, em abono da verdade, registar que o resultado extremamente positivo, e como o Senhor Presidente disse, é um resultado histórico para o concelho, foi conseguido graças à intervenção do Senhor Ministro do Ambiente, porque provavelmente, e pelo curso que as coisas vinham a tomar, se não tivesse sido aquela intervenção oportuna que se materializou numa reunião que teve lugar em Dezembro do ano passado, provavelmente não teríamos chegado a Setembro com esta conclusão, porque objectivamente foi aí que o percurso que era muito sinuoso e altamente prejudicial para o concelho foi invertido e tenho a certeza absoluta que foi a intervenção do Senhor Ministro do Ambiente que permitiu este volte face.-----

-----A segunda nota que tenho para fazer é para me congratular que a adjectivação que utilizei relativamente à descrição, tenha entrado no léxico da Câmara Municipal; e não resisto a lembrar que certamente ficará na história e na nossa memória colectiva a grande descrição que foi manifestada aqui em 2008, nesse famoso anúncio da E.N. 342, porque foi talvez dos acontecimentos mais discretos, de anúncios de obras, que teve lugar no concelho. Não nos esqueceremos certamente do beberete e dos "modelitos" que desfilaram neste salão, que até houve a particularidade, vejam bem, da sessão não poder ficar virada para o lado habitual, teve que ser para o lado contrário; fica na nossa memória colectiva, a descrição desse grande acontecimento."-----

-----Pedi novamente a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** dizendo que "penso que as questões políticas que nos afastam são sobejamente conhecidas e portanto não vou entrar nessa discussão; é legítimo que cada um apoie as posições e as políticas com os quais concorde, e não vou entrar nas questões de saber como estava a situação política do país em 2008. A divergência é clara, não há consenso possível, mas isso não nos deve afastar de algum rigor e a única questão que queria aqui levantar tem a ver com o seguinte: acho que o Presidente, Ricardo Pereira Alves, pode fazer a interpretação política das decisões que foram anunciadas, dos condicionalismos que impediram que as mesmas fossem concretizadas, e isso é legítimo, mas a questão está na forma como isso é dito. O Presidente Ricardo Pereira Alves falou, no início da sua intervenção, da mentira do Dr. Paulo Campos. Acho que é preciso ter algum cuidado porque eu não quereria invocar aqui que o Presidente Ricardo Pereira Alves anunciou-nos neste fórum a realização de obras para essa





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

estrada para 2014; teve o cuidado de nos comunicar isso e eu não vou chamar mentiroso ao Eng. Ricardo Pereira Alves, por isso não se ter concretizado. Houve alterações que eu respeito, prioridades que foram definidas, etc. Eu não entro nesse discurso, tenho sempre muito cuidado com a linguagem; acho que o nosso Presidente tem todo o direito, toda a legitimidade de criticar a política, as dificuldades, os enquadramentos, as decisões, que o Secretário de Estado na altura tomou, mas acho que não fica bem a um fórum da nossa natureza apelar isso de mentira, porque eu também sou incapaz de dizer aqui que o Eng.º Ricardo Pereira Alves mentiu, quando nos afirmou que estava clarificada a intervenção na E.N. 342. Nesse aspecto é apenas e só para fazer um apelo de que discutamos política e que não façamos essas intervenções com essa adjectivação.-----

-----Em segundo lugar, quero dizer que fica hoje claro que, quando estamos a discutir neste Fórum, temos que recorrer, muitas vezes e eu não assisti à última Assembleia Municipal, mas foi hoje trazida aqui uma intervenção da bancada do PS; uma ou outra vez que eu tenho aqui feito intervenções sobre o que se passa na Assembleia Municipal, foi-me aqui dito que não valia a pena, que não era correcto, trazer para aqui esses assuntos, porque os factos tinham-se passado na Assembleia Municipal; a partir de hoje fica claro que temos toda a liberdade de trazer para aqui todos os assuntos que entendermos tenham ou não sido trocadas impressões na Assembleia Municipal, tenha havido debate sobre os mesmos na Assembleia Municipal. São estes cuidados no formalismo que é muito importante que possamos defender.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que “o Senhor Presidente hoje fez-me lembrar o debate televisivo da semana passada, porque falou mais vezes no nome do Dr. Paulo Campos do que o Dr. Pedro Passos Coelho no nome do Eng.º José Sócrates. Também lembro que o Dr. Paulo Campos anunciou uma intervenção célere da requalificação da E.N. 342 entre a Lousã, Góis e Arganil, que estava num estado praticamente intransitável, seria na altura em que o anterior Governo do PSD/CDS deixou funções, a estrada intermunicipal que em pior estado estava no país e, em poucos meses, essa intervenção foi concretizada; foi cumprida essa promessa; nesse aspecto não vejo onde é que o Dr. Paulo Campos pudesse ter mentido aos Arganilenses, aos Goienenses e aos Lousanenses.-----

-----Dizer também que quando o PS chegou ao Governo, e isso também foi dito várias vezes, não havia qualquer estudo, não havia qualquer documento, sobre o novo traçado da E.N. 342. Em finais de 2009/2010, lembro que até houve um Fórum, um debate em Arganil, sobre a proposta que o Governo tinha para o novo traçado da E.N. 342 entre a Lousã, Góis, Arganil e a ligação ao IC6; houve trabalho feito, houve o empenhamento por parte do então Governo, no sentido de resolver um problema que ainda hoje nos preocupa a todos e por isso é que estamos a falar deste assunto nesta reunião, passada já uma legislatura de um novo Governo.-----

-----Quero dizer ainda que, quanto a acessibilidades na nossa região, no nosso concelho, acho que não se pode comparar a obra feita pelos Governos do PS relativamente aos Governos do PSD. O Senhor Presidente pode dizer-me quantos quilómetros foram feitos na nossa região nos últimos anos? dir-me-á que o IC6 parou no meio de um pinhal, concordo, deveria ter sido dada continuidade, para bem desta





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

região, para a ligação à A25, ao IC37 e ao IC7 para a Covilhã, deveria ter sido feito, mas todos sabemos os constrangimentos que entretanto surgiram e porque é que essas obras não foram concretizadas.-----

-----Relativamente à não integração da E.N. 342 na concessão do Pinhal Interior, hoje pergunto de que valeria incluir, quando uma das primeiras medidas que este Governo tomou, foi o cancelamento de toda a concessão do Pinhal Interior? Que é que foi feito das obras que foram integradas na concessão do Pinhal Interior, excepto a conclusão da A13? Estas são as questões que se colocam, para além de outro aspecto e que eu peço ao Senhor Presidente para, nos poucos dias, esperamos, que este Governo ainda estará em funções, possa transmitir, porque nós não vivemos numa ilha, para a necessidade que há de não ser esquecida a ligação entre Lousã, Góis e Arganil, porque as condições de mobilidade intermunicipais também para esta zona e para estes concelhos são fundamentais. Quanto ao ficarmos satisfeitos por estes anúncios, e deixo a dúvida que deixei na minha primeira intervenção, se de facto podemos estar descansados, ou se será mais um anúncio como os que foram feitos anteriormente. Tenho a certeza que após as eleições de 4 de Outubro, o novo Governo do PS não esquecerá um território que tem sido continuamente esquecido e abandonado, nomeadamente na questão das acessibilidades e da mobilidade."-----

-----Teve a palavra o Senhor **Vice-Presidente** referindo que "relativamente à intervenção do Senhor Vereador João Pedro Pimentel, que resolveu criticar o Senhor Presidente por ter utilizado a adjectivação de mentira, ele depois utilizou uma subtilidade para lhe chamar mentiroso."-----

-----O Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** interrompeu, dizendo "não aceito isso!"-----

-----Interviu o Senhor **Presidente** dizendo que "cada um fala na sua vez; já tive oportunidade, na última reunião, de reiterar as regras. O senhor Vice-Presidente está no uso da palavra; deixe-o concluir e dar-lhe-ei a palavra se assim o desejar."-----

-----O Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** disse ainda que "isto é um ataque que eu não aceito."-----

-----O Senhor **Presidente** lembrou ao Senhor Vereador que "não está no uso da palavra; responderá no seu tempo."-----

-----Continuou a sua intervenção o Senhor **Vice-presidente** referindo que "Posso continuar? Permite-me? O Senhor Vereador disse que também podia dizer que o Senhor Presidente tinha mentido; quer ouvir a gravação? Podemos ouvir a gravação; aquilo que o Senhor Vereador disse, e acho que isso foi uma subtilidade, foi dizer que também podia ter dito que o Senhor Presidente (...)."-----

-----O Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** interrompeu novamente, dizendo "eu não faço insinuações!"-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou novamente da palavra o Senhor **Presidente** dirigindo-se ao Senhor Vereador João Pedro Pimentel, dizendo que "as reuniões de Câmara têm decorrido sempre num tom correcto e de urbanidade, não nos vamos interromper porque a melhor forma de nos podermos ouvir uns aos outros é não nos interrompermos; é também uma forma de respeitar a democracia."-----

-----Usou novamente da palavra o Senhor **Vice-Presidente** referindo que "em relação ao registo daquilo que foi dito, está disponível em gravação, e o Senhor Vereador se tem dúvidas acerca daquilo que disse, eu não tenho dúvidas em relação àquilo que ouvi e poderá confirmar aquilo que acabei de dizer."-----

-----Aquilo que interessa sublinhar é que o Senhor Presidente transmitiu aqui, oportunamente, um compromisso assumido pelo Senhor Secretário de Estado Sérgio Monteiro e teve o cuidado de dizer na Assembleia Municipal que o Secretário de Estado o tinha autorizado a dar aquela informação. Não coloquemos as coisas no mesmo tabuleiro porque elas são coisas diversas, e não são palavras do Senhor Presidente, foi uma informação que lhe foi dito que podia transmitir. Que as coisas fiquem absolutamente claras."-----

-----Relativamente ao facto de se falar aqui ou não, das intervenções da Assembleia Municipal, o assunto resulta exclusivamente do facto de haver aqui uma significativa divergência e que interessa clarificar, não só no bem do Executivo, mas também do vosso lado, porque aquilo que foi dito foi que a Câmara tinha sido pouco reivindicativa ao longo destes anos todos, relativamente a esta questão das águas. Acho que em relação a esta matéria a Câmara tem toda a legitimidade para repor os factos; e em relação aos factos não há dúvida nenhuma que o Executivo assumiu uma postura sempre muito reivindicativa em relação ao que aconteceu no sector das águas e do saneamento, que foi muito mau. Como disse há pouco, felizmente, não só neste mandato, mas já no mandato anterior, sempre houve solidariedade em relação à postura reivindicativa que fomos assumindo, relativamente ao relacionamento com a Águas do Mondego e com a Águas de Portugal. Não percebo onde é que se está aqui a trazer algum assunto sequer de discussão política que tenha acontecido na Assembleia Municipal; há de facto uma situação que é incompatível, porque aquilo que foi dito na Assembleia Municipal não bate certo com aquilo que aconteceu na Câmara; é legítimo repor os factos; não sei se era a isso que se estava a referir quando mostrou desagrado por se chamarem para aqui as intervenções em sede da Assembleia Municipal, mas essa foi uma daquelas que aconteceu em sede de Assembleia Municipal e que nós chamámos para aqui."-----

-----Também registo com curiosidade esta defesa acérrima do então Secretário de Estado Paulo Campos, e também não me esqueço e não seria factual se não o dissesse, apenas porque me recordo da situação, que houve intervenção por parte do Governo de então, no concelho, no que diz respeito a esta concessão do Pinhal Interior; a intervenção foi a integração de um troço que estava feito e pago entre a rotunda do Sarzedo e a rotunda da Moita da Serra, na E.N. 17, apenas para amortizar na conta da concessão; se isso é uma grande intervenção no que diz respeito a esta concessão, ficamos esclarecidos. Também não esqueço, em relação àquilo que foi o grande mérito e o grande trabalho do Dr. Paulo Campos para esta região, não esqueço o papel determinante em matéria das redes de nova geração, a fibra óptica,





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

em que, oportunamente, tivemos oportunidade de suscitar um manifesto e uma recomendação em sede da Assembleia Municipal e todos nos lembramos dos resultados, mas o certo é que essa decisão da secretaria de Estado de então determinou que, em relação à fibra óptica, no Pinhal Interior Norte, dos 14 municípios que o integravam, tenham ficado de fora desta importante infra-estrutura, Arganil, Oliveira do Hospital e Lousã. Se os Senhores se congratulam com esta grande intervenção e com esta decisão eu também fico esclarecido.-----

-----Devo recordar, porque o Senhor Vereador Miguel Ventura está muito expectante em relação às eleições do dia 4 de Outubro, e em relação a estas estamos todos muito descansados; as eleições são o acto provavelmente mais nobre da democracia e é aí que o povo se manifesta; e o povo tem uma característica, quer ganhe o PS quer ganhe o PSD, quer haja maiorias relativas ou absolutas, o povo decide sempre bem e não tenho dúvidas de que decidirá bem.-----

-----Relativamente à ligação da E.N. 342 o único receio que podemos ter, e digo isto francamente, é de haver alguma inversão de uma eventual alteração governamental que possa acontecer e que nós, naturalmente, não desejamos, porque esta intervenção está incluída no Plano de Proximidade; são intervenções consideradas estratégicas, que serão financiadas por fundos do Orçamento de Estado e está prevista a intervenção no ano de 2016, está em fase de finalização o projecto de execução. Não havendo qualquer entrave, nem nenhuma areia que se meta na engrenagem, em Janeiro/Fevereiro haverá abertura de concurso público para a realização da empreitada. Se, por alguma razão que respeitaremos mas não desejamos, houver uma hipotética alteração governamental, apenas queremos que não estraguem, porque se assim for, temos a certeza que, durante o próximo ano, haverá obra.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** referindo que “depois da intervenção do Senhor Vice-Presidente não podia deixar de fazer uma intervenção, que eu apelido de defesa da minha honra. Eu não lhe reconheço capacidade para me dizer aquilo que disse. Eu não chamei mentiroso ao Senhor Presidente e ele sabe que eu era incapaz de lhe chamar mentiroso; temos as maiores divergências políticas, na maior parte das abordagens que fazemos à situação política, mas eu era incapaz de chamar mentiroso ao Senhor Presidente e não reconheço que o Senhor Vice-Presidente tenha a coragem de dizer que eu insinuei e fui subtil, porque eu era incapaz de o fazer.-----

-----Mantenho com o Presidente Ricardo Pereira Alves as maiores divergências políticas, mas tenho mantido com ele uma relação de respeito; era incapaz de o fazer. Apenas não gostei que o Senhor Presidente tivesse dito aquela expressão. Tenho toda a legitimidade para discordar, até para dizer que houve erros na avaliação do momento, etc, mas eu era incapaz de fazer isso e as pessoas que me conhecem sabem isso.-----

-----Relativamente à Assembleia Municipal a única coisa que quero dizer é que acho bem que o Senhor Vice-Presidente traga as questões, como eu já fiz, já abordei aqui alguns assuntos tratados na Assembleia Municipal e foi-me dito que não valia a pena trazer assuntos que tinham sido tratados na Assembleia Municipal, é só isso. Fica hoje claro, e concordamos todos, que quando entendermos, traremos aqui a este fórum





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

questões tratadas na Assembleia Municipal. Congratulo-me que o Senhor Vice-Presidente também tenha feito isso.-----

-----Reforço esta minha intervenção, e fecho aqui o assunto, dizendo que eu mantenho com os Senhores as maiores divergências políticas, maiores ou menores, consoante os assuntos, mas mantenho com os Senhores o respeito. Fico por aqui."-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Vice-Presidente** dizendo que "Senhor Vereador, gostava que não colocasse as coisas numa esfera pessoal, até porque como diz uma pessoa que está aqui na mesa, aquilo que o Senhor reconhece ou não em relação a mim, eu posso estar a pensar 30 vezes pior em relação ao Senhor. Eu quero ser preciso naquilo que foi dito e que não fiquem dúvidas nenhuma em relação a isto e faço questão que a gravação daquilo que aqui foi dito seja trazida."-----

-----O Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** disse ainda "oh Senhor Vice-Presidente, eu chamei mentiroso ao Senhor Presidente? A gravação pode alguma vez mostrar que eu chamei mentiroso ao Senhor Presidente?"-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** continuou a sua intervenção dizendo "Senhor Vereador, faz parte das regras da democracia, aliás é algo com que sempre vivi, que falemos e que nos ouçamos. Às vezes gostamos, outras vezes não, mas na democracia é assim. Eu não disse que o Senhor chamou mentiroso ao Senhor Presidente; eu disse que o Senhor utilizou uma subtileza para, de certa maneira, andar a roçar no mesmo resultado. Aquilo que o Senhor disse e quero ser bem preciso nisto, porque é o que está certamente gravado, foi que o Senhor Presidente veio em 2014 falar aqui do anúncio de uma estrada e que nem por isso chamaria mentiroso ao Senhor Presidente. Oh Senhor Vereador, não sejamos ingénuos; isto, objectivamente, é uma subtileza e foi isso que eu referi. Isto é mesmo uma subtileza e o Senhor utilizou-a por duas vezes."-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** dizendo que "eu disse há pouco que terminava as minhas intervenções, peço desculpa de não cumprir isso.

-----Ouço a intervenção do Senhor Vice-Presidente e parece-me que ele continua a insistir numa situação que não se passou aqui. Eu fecharei o debate sobre este assunto neste momento, dizendo ao Senhor Vice-Presidente que discordo absolutamente e só o seu desconhecimento de quem eu sou, lhe permite dizer uma coisa dessas."-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** dizendo que "acho que na reunião de Câmara fazemos uma discussão política e não gostaria que entrássemos pelo campo pessoal; digo isto não a dirigir-me a nenhuma das bancadas especificamente mas a todos; as nossas discussões aqui são de natureza política, julgo que todos nós temos o maior apreço pessoal por todos e julgo que não é o caminho que devemos seguir. Apelo para que haja alguma contenção nessa matéria."-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que "na minha intervenção sobre este assunto tive o cuidado de dizer que o Senhor Presidente, a





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

primeira vez que nos transmitiu, julgo que numa Assembleia Municipal de Fevereiro de 2014, disse que estava a transmitir aquilo que o Senhor Secretário de Estado dos Transportes tinha referido; eu tive o cuidado de o dizer na minha primeira intervenção. A intervenção que o Senhor Vereador João Pedro Pimentel fez, foi na sequência da minha intervenção, ou seja, se estamos a dizer que alguém não cumpriu com a palavra ou com a informação dada, teria sido o Governo através do Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Acho que isso ficou claro na minha primeira intervenção e não entendi, de forma alguma, da intervenção do Senhor Vereador João Pedro Pimentel que estivesse a acusar ou a dizer que o Senhor Presidente mentiu aos arganilenses. Aliás, tal atitude nunca combinaria com a maneira de ser do Vereador João Pimentel. Este debate é sobre aquilo que os diferentes Governos têm feito ou não, relativamente às intervenções rodoviárias na nossa região, até porque o Município não tem, no que se refere a algumas destas vias, uma intervenção directa. -

----- Aqui impõe-se também o esclarecimento sobre o que foi, e julgo que não há qualquer contradição, a intervenção do deputado Eugénio Fróis na Assembleia Municipal, porque se bem me recordo, essa intervenção foi nesta questão das vias rodoviárias. Obviamente que todos queremos o melhor para o nosso concelho; não foi no âmbito das águas que o deputado Eugénio Fróis se referiu à falta de empenhamento ou a um menor empenhamento por parte do Município, foi na sequência da intervenção e do comentário que produziu relativo à presença do Ministro Poiares Maduro em Arganil. Todos queremos mais e melhor para o nosso concelho e quando o deputado Eugénio Fróis, legitimamente, reclama maior empenhamento é porque ainda não viu ser concretizadas muitas daquelas obras que já andamos a falar há mais de 10 anos, como uma intervenção mais profunda na E.N. 342. Eram estes os esclarecimentos que gostava de deixar nesta fase.-----

-----Para concluir, o Senhor Presidente disse que este período nos traz alguns incómodos; Senhor Presidente, quando se pratica democracia nunca há incómodo para ninguém; Tal como a coligação que sustenta o Governo anda a fazer, também o PS faz o seu trabalho no sentido de trazer e de levantar questões e, de alguma forma, alertar para aquilo que ainda não está feito e reconhecer também aquilo que foi feito, como no que respeita à resolução do problema das águas no nosso concelho."-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** dizendo que "gosto de assumir sempre as minhas responsabilidades e tudo aquilo que digo assumo; para que fique claro aquilo que foi dito, devo esclarecer que foi de facto dito no dia 15 de Fevereiro de 2014, na Assembleia Municipal, na sequência de uma reunião que tive na véspera, dia 14 de Fevereiro de 2014, em que esteve também o Senhor Vereador António Sêco, o Senhor Secretário de Estado Dr. Sérgio Monteiro disse que tinha a sua autorização para dizer que iria haver obra na E.N. 342, no troço entre Arganil e Côja, ainda no ano de 2014. Isto é verdade, foi dito, não há nenhuma questão sobre isto. Eu disse isso com a autorização do Senhor Secretário de Estado, um compromisso do Senhor Secretário de Estado, apenas o veiculei. Depois dos técnicos da Estradas de Portugal terem vindo ao terreno entenderam que a intervenção devia ser de Arganil até à E.N. 230 e não apenas até Côja; isso teve implicações na orçamentação da obra que na altura se previa que tivesse um investimento na ordem dos dois milhões e meio a três milhões de euros e passou a ser de sete milhões e meio. Daí decorreu algum atraso.





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Está previsto no âmbito do Plano de Proximidade, que foi apresentado no final do ano passado que esta obre fosse lançada em 2015. Segundo o anúncio que temos do Senhor Ministro será lançado em Fevereiro de 2016, há aqui uma diferença de 2 meses face ao tempo que estava previsto no Plano de Proximidade.-----

-----Relativamente ao Dr. Paulo Campos também não quero falar muito mais sobre isso, acho que já estão bem espelhadas as diferenças e os factos relativamente a isto; quando falo em mentira, pergunto, relativamente a uma situação em que um Secretário de Estado faz um anúncio público em Setembro/Outubro de 2008, em que apresenta a concessão do Pinhal Interior em quase todos os Municípios da região e em que diz com clareza, nós temos as apresentações, que a nova E.N. 342 entre a Lousã, Góis, Arganil, Côja, IC6 faz parte dessa concessão e em Janeiro de 2010 chegamos à conclusão que não está, eu pergunto de que forma é que podemos apelidar isto. Quem tinha o controlo de todo o processo era o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas; foi ele que definiu quais eram os termos da concessão, quais eram os investimentos que integravam a concessão e depois acaba por não estar. Com toda a clareza não sei de que forma hei-de apelidar esta situação.-----

-----Relativamente à questão que o Senhor Vereador Miguel Ventura aqui fez, também uma intervenção política, que é da época, e os Senhores farão as intervenções que quiserem e nós as nossas, isso é perfeitamente legítimo; sobre obra feita não vou entrar em comparações, a minha opinião é completamente diferente e pelos vistos também a opinião dos arganilenses, porque desde 1976, em eleições legislativas, julgo que o PS nunca ganhou; a avaliação dos arganilenses é que os executivos do PSD têm feito mais trabalho pelo concelho do que os do PS. É esta a leitura que se faz dos resultados ao longo dos últimos anos, espero que assim continue no próximo dia 4 de Outubro, mas isso é uma decisão individual dos arganilenses e dos portugueses, que saberemos respeitar. Também tenho este princípio que há pouco o Senhor Vice-Presidente referiu, que é achar que os portugueses decidem sempre bem, independentemente darem a vitória ao partido com quem mais simpatizo, neste caso à coligação com que simpatizo, mas é a avaliação dos portugueses e eu respeito muito essas opções e entendo mesmo que a vontade maioritária seja diferente daquela que eu defendo, entendo que os portugueses decidem sempre bem.”-----

-----O Senhor Vereador **Miguel Ventura** disse ainda que “registro a não comparação das intervenções ao nível rodoviário na nossa Região e também digo que, efectivamente, o PS nunca ganhou eleições legislativas no concelho de Arganil, mas orgulho-me muito, enquanto socialista, das obras que os Governos do PS têm deixado em Arganil e as marcas que o concelho tem, e são muitas, fruto de Governos do PS. Não podia deixar de o dizer.”-----

-----O Senhor **Presidente** referiu ainda que “eu orgulho-me de todas as obras que os diferentes Governos fizeram no concelho de Arganil, apenas tendo a esperança e o desejo de que possam fazer muitas mais.”-----

-----Ainda relativamente à Assembleia Municipal, Senhor Vereador João Pedro Pimentel, julgo que nesta reunião de Câmara nunca foi coarctada a palavra a tratar de qualquer dos assuntos; foi feita uma referência em tempos de que não valia a pena





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

virmos aqui comentar as intervenções da Assembleia Municipal e teria fundadas razões hoje para aqui comentar ou lamentar uma intervenção que foi feita na Assembleia Municipal do passado sábado, de ataque a um autarca de freguesia. Não o fiz porque entendo que não é essa a função da Câmara estar a comentar ou a fazer considerações sobre as intervenções dos senhores deputados municipais. Unicamente me referi à intervenção do senhor deputado Eugénio Fróis, que em abono da verdade, não foi especificamente relativamente à questão das águas ou da E.N. 342, foi uma intervenção genérica mas que acho que constituiu um ataque ao Presidente da Câmara e, por consequência, também à própria Câmara Municipal, acusando-me a mim e à autarquia de falta de empenhamento num conjunto de reivindicações junto do Governo e isso não é verdade. Se o órgão a que presido com muita honra foi de alguma forma atacado por um deputado municipal, acho que este é o espaço para podermos fazer essa avaliação. A razão desta invocação a uma intervenção na Assembleia Municipal tem a ver com isso e não com qualquer espaço de comentário relativamente àquilo que se passa na Assembleia Municipal que é um órgão muito importante e que aprova ou reprovava as opções estratégicas para o concelho.”-----

### ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:--

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**Capítulo Primeiro – Diversos;**-----

-----**Capítulo Segundo – Requerimentos Diversos.**-----

#### Capítulo Primeiro

#### **Diversos**

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da proposta de **Fornecimento de Lanches Escolares no ano lectivo de 2015/2016.**-----

-----Presente a informação INF/DDES/234, datada de 03/09/2015, da Técnica Superior Célia Ventura, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Atenta à atual conjuntura socioeconómica do nosso País, com o agravamento das dificuldades sociais sentidas pelos Agregados Familiares, a Câmara Municipal de Arganil, no ano lectivo 2015/2016, vai dar início ao fornecimento de Lanches Escolares (de manhã e da tarde) nos estabelecimentos de educação da rede pública, concretamente aos alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. Com esta nova resposta, a Câmara Municipal pretende reforçar a intervenção de apoio social, incentivando uma alimentação saudável da população escolar, contribuindo, também, para suprimir carências sentidas.-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Esta medida, dirigida aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo, procura fomentar um maior bem estar social dos alunos e respetivas famílias, garantindo, assim, mais um reforço alimentar aos alunos durante o período em que permanecem nos estabelecimentos escolares.-----

-----Esta é uma resposta que é concretizada através de critérios de diferenciação positiva patentes nas medidas de ação social escolar conforme ponto 1, alínea a) do Artigo 1º do Regulamento de Ação Social Escolar, preconizando a existência de mecanismos de compensação socioeconómica dos alunos carenciados, garantindo uma efetiva igualdade de oportunidades e equidade no acesso aos serviços de carácter social na área da Educação.-----

-----Este serviço é participado pelos Encarregados de Educação em função do apuramento dos respetivos escalões a cargo desta Autarquia; os alunos com Escalão 1 (A) usufruem gratuitamente do lanche escolar, no que respeita aos alunos com Escalão 2 (B), a comparticipação é de 50% e aos alunos que não tiveram direito a apoio social escolar, o custo do lanche será totalmente suportado pelo Encarregado de Educação.-----

-----Por conseguinte, o serviço de fornecimento de Lanches Escolares fica a cargo da Empresa UNISELF, responsável pela confeção e fornecimento dos almoços escolares, com o preço unitário no valor de 0,30€ (lanche da manhã mais lanche da tarde, perfaz 0,60€/dia/aluno). Os alunos inseridos no Escalão 1 (A), são isentos de qualquer pagamento; os alunos com Escalão 2 (B), participam em 50% e os alunos sem Escalão de apoio suportarão o custo total dos lanches.---

-----De referir, ainda, que os Encarregados de Educação poderão optar por uma das modalidades do lanche escolar (só de manhã ou só de tarde e vice-versa ou ambos).-----

-----À Consideração Superior,-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 04.09.2015: "À Reunião de Câmara".**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra, nos seus termos.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei nº setenta e cinco/ dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----**SEGUNDO: Concurso Público para a Confeção, Fornecimento e Transporte de Refeições (almoços) e Lanches Escolares** para os diversos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do 1º CEB do concelho de Arganil, para o ano lectivo de 2015/2016.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/222, datada de 20/08/2015, da Técnica Superior Ângela Ferreira, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Junto se remete a V.ª Ex.ª o relatório final elaborado nos termos do disposto no art.º 148.º do CCP, pelo qual se propõe a V.ª Ex.ª a adjudicação da confeção, fornecimento e transporte de refeições (almoços) e lanches escolares para os diversos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º CEB do concelho de Arganil, durante o ano letivo 2015/2016 à empresa UNISELF – Sociedade de restaurantes públicos e privados, S.A(lote n.º 1) pelo valor de 140.585,49€ (cento e quarenta mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos), ao qual acresce o Iva à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 172.920,15€, e ao Centro Social e Paroquial de Sarzedo(lote n.º2), pelo valor de 11.222,40€ (onze mil, duzentos e vinte e dois euros e





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

quarenta cêntimos), isento de IVA, nos termos do disposto no n.º9 do art.º 9.º do código do IVA, de acordo com as suas propostas apresentadas a 28/07/2015 e 07/08/2015, respetivamente.-----

-----Mais se solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a realização da despesa supra referida, no valor total de 184.142,55€, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 18.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ainda vigente por força do disposto na alínea f) do n.º1 do art.º 14.º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com o disposto na alínea g) do n.º1 do art.º 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo encargo do presente ano económico o montante de 67.244,30€ (sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e quatro euros e trinta cêntimos), dos quais 62.880,04€ correspondem ao lote 1 e 4.364,26€ corresponde ao lote 2, para a qual existe dotação disponível na rubrica orçamental 020105 e fundos disponíveis, a que corresponde o número sequencial de cabimento 11661 datado de 23 de julho de 2015 e os números sequenciais de compromisso 12747 e 12748, datados de 19 de agosto de 2015, conforme fichas que se anexam.-----

-----O presente contrato dará origem a um contrato plurianual, estando prevista dotação no PPI de 2015 para os anos seguintes (2016), pelo que se verifica o cumprimento do disposto no n.º1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, sendo encargo dos anos seguintes (2016) o montante de 116.898,25€, dos quais, 110.040,11€ correspondem ao lote 1 e 6.858,14€ correspondem ao lote 2.-----

-----Submete-se ainda para aprovação superior, nos termos do disposto no n.º2 do art.º 98.º do CCP, as minutas dos contratos reduzidos a escrito a celebrar através da elaboração de um clausulado em suporte de papel, de acordo com o previsto no n.º1 do art.º 94.º.-----

-----Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do art.º 77.º, a decisão de adjudicação, acompanhada do relatório final, será notificada em simultâneo a todos os concorrentes, sendo ainda notificados os adjudicatários, no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da data da adjudicação, para a apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º2 e do teor das minutas dos contratos a celebrar dispondo do mesmo prazo de cinco dias para se pronunciarem sobre o seu conteúdo, nos termos do disposto nos art.ºs 100.º e 101.º.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 20.08.2015: "À Reunião de Câmara".**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o Relatório Final e adjudicar a confeção, fornecimento e transporte de refeições (almoços) e lanches escolares para os diversos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º CEB do concelho de Arganil, durante o ano lectivo 2015/2016 à empresa UNISELF – Sociedade de restaurantes públicos e privados, S.A, de acordo com a informação supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei nº setenta e cinco/ dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----**TERCEIRO: Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 15 de Junho de 2015 e 30 de Agosto de 2015, no âmbito da Autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais.**-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Presente a informação INF/DAGF/234, datada de 01/09/2015, da Técnica Superior Ângela Ferreira, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia.-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 02.09.2015: "À Reunião de Câmara".**-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação da candidatura para instalação do "Projecto Saber e Acontecer – Espaço de Psicologia, Educação e Formação, Lda", no gabinete nº 14 do Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil (CETA). Ratificação do acto praticado pelo Senhor Presidente em 02 de Setembro p.p., nos termos do nº 3 do art.º 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/249, datada de 31/08/2015, da Técnica Superior Andreia Paiva, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Presidente,-----

-----Vimos pelo presente, dar conhecimento a V. Exa. que foi efetuada uma candidatura por parte da empreendedora Filipa Alexandra Almeida Henriques com o número de identificação fiscal 218245505 à instalação num dos gabinetes do Centro Empresarial e Tecnológico, do projeto Saber e Acontecer – Espaço de Psicologia, Educação e Formação, Lda. em fase de constituição de empresa com o NIPC 513668136, para instalação dos seus serviços no âmbito da psicologia, nomeadamente avaliação psicológica, intervenção psicopedagógica com crianças e jovens com necessidades educativas especiais.-----

-----Trata-se de uma jovem com residência no Concelho que pretende constituir a sua própria empresa visando a criação do seu próprio posto de trabalho, cuja atividade económica se destaca com o CAE 85593/85600 outras atividades de saúde humana, atividades de serviço de apoio à educação.-----

-----O projeto pretende ainda desenvolver oficinas de promoção do sucesso escolar dirigidas a crianças e jovens em idade escolar, com recurso a metodologias inovadoras e ateliers temáticos que permitem o reforço das competências pessoais e sociais com vista à promoção da saúde mental.-----

-----Mais informamos que o promotor do projeto Saber e Acontecer – Espaço de Psicologia, Educação e Formação, Lda. já se deslocou às instalações do CETA para conhecer os espaços disponíveis pelo que solicita que lhe seja arrendado o gabinete nº 14, situado no piso -1 do edifício, o qual tem uma área de 30,07m<sup>2</sup>, que lhes permita o arranque da empresa e desenvolvimento da ideia de negócio em ambiente empresarial.-----

-----De acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento do CETA, o qual estabelece quais os procedimentos para formalização das candidaturas, o interessado procedeu à entrega dos documentos abaixo referidos e remetidos em anexo, cuja conformidade verificámos:-----

- Formulário de Candidatura-----
- Cartão de Cidadão-----
- Consentimento de consulta da Situação Tributária Regularizada-----
- Comprovativo de situação contributiva perante a segurança social-----
- Certidão Permanente da empresa (encontrando-se em fase de processo de constituição)-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Face ao exposto anteriormente e tendo sido solicitado pelo promotor Filipa Alexandra Almeida Henriques a instalação no gabinete nº 14 a partir do dia 2 do mês de Setembro, propõe-se a V. Exa. que considerando o exposto no número 1 do artigo 8º do Regulamento do CETA, a decisão sobre o acesso e instalação naquele espaço compete à Câmara Municipal e tendo em conta que a próxima reunião de Câmara só ocorrerá em data posterior à pretendida pelo promotor do projeto, submetemos à consideração de V. Exa., ao abrigo do disposto no nº 3 do art.º 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, a decisão quanto à instalação da empresa no Gabinete nº 14 do CETA a partir do dia 2 de Setembro de 2015.-----

-----O ato a praticar pelo Sr. Presidente será submetido para ratificação pela Câmara Municipal sob pena de anulabilidade.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 02.09.2015: "À Reunião de Câmara".**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o acto praticado pelo Senhor Presidente em 02/09/2015, nos termos do nº 3 do art.º 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei nº setenta e cinco/ dois mil e treze de doze de Setembro.-----

### Capítulo Segundo

#### **Requerimentos Diversos**

-----**PRIMEIRO:** De **Mário Antunes Marques**, residente no Vale-Cid, freguesia de Arganil, a requerer que seja certificado que o prédio, sito no Vale-Cid, da referida freguesia de Arganil, inscrito na respectiva matriz predial sob o art. nº 4539, foi atravessado por dois caminhos públicos, dividindo-o em três parcelas.-----

-----Presente o parecer datado de 16/07/2015, da Técnica Superior Eduarda Figueiredo, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----DEPOIS DE ANALISADO O PEDIDO CUMPRE-ME INFORMAR O SEGUINTE:-----

-----O requerente, Mário Antunes Marques, através de requerimento com entrada no serviço do Balcão Único, sob o n.º 39, de 16 de junho de 2015, solicita emissão de certidão de atravessamento de prédio por dois arruamentos, localizados em Vale Cid, Vila de Arganil.-----

-----De acordo com o levantamento topográfico entregue e o ortofotomapa, constata-se a existência de dois arruamentos que dividem o prédio em três parcelas.-----

-----A Freguesia de Arganil, vem informar que os arruamentos são públicos.-----

-----O requerente não entrega o levantamento topográfico em suporte digital e georreferenciado.-----

-----Assim, propõe-se a Vossa Exa., o envio do presente parecer a Reunião de Câmara para o seu deferimento.-----

-----Mais se propõe que o requerente entregue o acima sublinhado.-----

-----À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 10.09.2015: "À Reunião de Câmara".**-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, certificar que o prédio acima mencionado foi atravessado por dois caminhos, dividindo-o em três parcelas independentes com a seguinte composição:-----

-----**Parcela (A)** – Área de 4.551,10 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações:-----  
-----Sul: Arruamento;-----  
-----Norte: Álvaro Fernando Bandeira;-----  
-----Nascente: Ilda Almeida;-----  
-----Poente: José Augusto Dias Marques.-----

-----**Parcela (B)** – Área de 5.773,50 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações:-----  
-----Sul: Arruamento;-----  
-----Norte: Arruamento;-----  
-----Nascente: Ilda Almeida e Herd<sup>os</sup> de Jaime Teixeira;-----  
-----Poente: Arruamento.-----

-----**Parcela (C)** – Área de 2.433,20 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações:-----  
-----Sul: Arruamento;-----  
-----Norte: Arruamento;-----  
-----Nascente: Augusto Nunes Dinis;-----  
-----Poente: Arruamento.-----

-----**Área cedida:** 1.073,60 m<sup>2</sup>, para abertura de arruamento.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----**SEGUNDO:** De **Mário Antunes Marques**, residente no Vale-Cid, freguesia de Arganil, a requerer que seja certificado que o prédio rústico sito no Vale-Cid, da referida freguesia de Arganil, inscrito na respectiva matriz predial sob o art. nº 5832 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº 5645/20011010, foi atravessado por um arruamento, dividindo-o em duas parcelas – **Rectificação da certidão emitida em 24/04/2012 (descrição da parcela B)**.-----

-----Presente a informação INF/DGU/341, datada de 16/07/2015, da Técnica Superior Eduarda Figueiredo, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Dado o assunto supra referido, informa-se Vossa Exa., o seguinte:-----

-----O requerente, Sr. Mário Antunes Marques, vem solicitar a esta autoridade administrava, a retificação de certidão de atravessamento de prédio por arruamento, emitida a 24/04/2012.-----

-----Ao verificar este pedido, conclui-se que quando os serviços emitiram a referida certidão, por lapso não foi verificado e conseqüentemente não se referiu a existência de uma superfície coberta (habitação) na parcela B, tendo apenas a certidão atestado a divisão do prédio em duas parcelas com referencia às áreas e o cedido para arruamento.-----

-----Assim, propõe-se a Vossa Ex.a, o envio da presente informação a Reunião de Câmara para retificação da referida certidão, devendo constar na mesma o seguinte "Parcela B, ficou com a área coberta de 342 m<sup>2</sup> e seis mil setecentos e noventa e sete virgula trinta metros quadrados de área descoberta.-----





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

-----À Consideração Superior,-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 10.09.2015: "À Reunião de Câmara".**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, proceder à rectificação da certidão emitida em 24 de Abril de 2012, por deliberação tomada em reunião de Câmara de 17 de Abril de 2012, no que respeita à descrição da parcela B, nos termos da informação supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei nº setenta e cinco/ dois mil e treze de doze de Setembro.-----

**ENCERRAMENTO**

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Maria Paiva Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

